UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

KAMILLY DA CRUZ DUARTE

REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E PERTENCIMENTO

BELÉM/PARÁ 2025

KAMILLY DA CRUZ DUARTE

REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E PERTENCIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de licenciado pleno em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Drª. Adelice Braga

BELÉM/PARÁ 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D812r DUARTE, KAMILLY DA CRUZ.
REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA PRIMEIRA INFÂNCIA : CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E PERTENCIMENTO / KAMILLY DA CRUZ DUARTE. — 2025.
31 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Adelice Sueli Braga
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Belém, 2025.

1. Representatividade Negra. 2. Educação Infantil. 3. Identidade Racial. 4. Pertencimento. 5. Racismo estrutural. I. Título.

CDD 370

Kamilly da Cruz Duarte

REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E PERTENCIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de licenciado pleno em Pedagogia.

RESULTADO: _____CONCEITO:: _____

Belém, 17 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Drª Adelice Braga (orientadora) UFPA

_____

Profa. Drª Maura Lúcia Martins Cardoso (examinadora)

UFPA

_____

Prof. Dr. José Carlos Martins Cardoso (examinador)

UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, fruto de uma jornada de dedicação e aprendizado, a todos que me apoiaram e tornaram esta conquista possível.

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe, Maria Antonia, meu porto seguro e maior exemplo de força. Obrigada por seu amor incondicional, por acreditar em mim e por estar ao meu lado em cada momento, celebrando cada vitória e amenizando cada desafio. Sua presença é o alicerce que sustenta todos os meus sonhos.

Ao meu amado companheiro, Pedro, pela paciência, parceria e incentivo constante. Obrigada por todos os cafés compartilhados, pelas palavras de conforto e por me lembrar sempre do meu valor. Você foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

À minha querida orientadora, Adelice Braga, a quem devo imensa gratidão por sua sabedoria, disponibilidade e orientação precisa durante este processo. Sua contribuição foi essencial para a concretização desta jornada, e levarei comigo todo o conhecimento, afeto e paciência compartilhados.

Não poderia deixar de agradecer também a mim mesma, pela disciplina e perseverança. Foram muitas noites em claro, desafios superados e metas cumpridas. Hoje, celebro não apenas o fim de um ciclo, mas a força que encontrei para seguir em frente para uma jornada ainda maior.

A todos que, de perto ou de longe, fizeram parte dessa trajetória: meu sincero obrigado.

A educação é, sem dúvida, a chave mestra para a emancipação.
(Abdias do Nascimento)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA. 10

2.1 O CONCEITO DE INFÂNCIAS NEGRAS NA PERSPECTIVA ÉTNICO-RACIAL 11

2.2 PERTENCIMENTO E SOCIALIZAÇÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL 13

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 14

3.1 A INVISIBILIZAÇÃO E OS ESTEREÓTIPOS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS 14

3.2 A FALTA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS 16

3.3 O RACISMO ESTRUTURAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR 18

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS. 19

4.1 MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES 19

4.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOVER REPRESENTATIVIDADE E PERTENCIMENTO 20

4.3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE AFIRMAÇÃO E RESISTÊNCIA 22

5 METODOLOGIA 23

6 CASOS DE IMPLEMENTAÇÃO 25

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS 29

Representatividade Negra na Primeira Infância: Construção de Identidades e Pertencimento

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da representatividade negra na construção da identidade e no sentimento de pertencimento de crianças negras na Educação Infantil, destacando os desafios impostos pelo racismo estrutural e as estratégias pedagógicas antirracistas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, fundamentada em autores como Gomes, Munanga, Souza e Carneiro, bem como na análise da legislação pertinente (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008), o estudo identifica a persistência de estereótipos, a invisibilização e a falta de formação docente como entraves à efetivação de uma educação étnico-racial. Os resultados indicam que a implementação de práticas pedagógicas intencionais, como a contação de histórias africanas e afro-brasileiras, a utilização de materiais representativos e a formação crítica de professores, constitui ferramenta fundamental para a promoção da autoestima, da identidade positiva e do pertencimento racial. Conclui-se que a educação antirracista na primeira infância é condição essencial para uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Representatividade negra. Educação Infantil. identidade racial. Pertencimento. Racismo estrutural.

Black Representativeness in Early Childhood: Construction of Identities and Belonging

ABSTRACT

This article aims to analyze the impact of Black representativeness on the construction of identity and the sense of belonging among Black children in Early Childhood Education, highlighting the challenges posed by structural racism and anti-racist pedagogical strategies. Through a qualitative bibliographic research based on authors such as Gomes, Munanga, Souza, and Carneiro, as well as the analysis of relevant legislation (Laws No. 10.639/2003 and 11.645/2008), the study identifies the persistence of stereotypes, invisibility, and lack of teacher training as obstacles to the implementation of ethnic-racial education. The results indicate that the implementation of intentional pedagogical practices—such as storytelling of African and Afro-Brazilian narratives, the use of representative materials, and critical teacher training—constitutes a fundamental tool for promoting self-esteem, positive identity, and racial belonging. It is concluded that anti- racist education in early childhood is an essential condition for a more just and equitable society.

Keywords: Black representativeness. Early Childhood Education. Racial identity. Belonging. Structural racism.

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo a representatividade negra na primeira infância, investigando como a presença ou ausência de referências positivas e afirmativas impacta a construção das identidades e do sentimento de pertencimento em crianças negras no contexto da Educação Infantil. O problema central que orienta a pesquisa reside na persistência de um ambiente escolar que, muitas vezes, ainda reproduz estereótipos, promove a invisibilização e negligência a valorização da diversidade étnico- racial, perpetuando assim os efeitos do racismo estrutural desde os primeiros anos de vida.

Diante desse cenário, o objetivo geral é analisar de que maneira a implementação de práticas pedagógicas antirracistas e a utilização de materiais didáticos representativos podem atuar como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva e para o fortalecimento da identidade racial nas crianças negras.

A justificativa para esta investigação apoia-se na urgência de se garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na Lei nº 10.639/03, além de se fundamentar no imperativo ético de combater o racismo desde a base do sistema educacional, a partir de uma perspectiva teórica ancorada em autores como Abdias Nascimento, Neusa Santos Souza, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, discutiremos como o conceito de infâncias negras desafia visões universalizantes e eurocêntricas da criança, destacando a necessidade de uma educação antirracista.

Por fim, este estudo busca não apenas problematizar as lacunas e violências simbólicas que permeiam a educação das crianças negras, mas também apontar estratégias pedagógicas transformadoras — como a contação de histórias africanas e afro-brasileiras, a seleção crítica de materiais e a atuação intencional do professor — capazes de promover representatividade, equidade e dignidade desde os primeiros anos de vida, para que haja uma educação infantil verdadeiramente inclusiva e afirmativa é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde todas as crianças possam se reconhecer, se orgulhar e se desenvolver em sua integralidade.

2. A Construção da Identidade e do Pertencimento na Primeira Infância

2.1. O Conceito de Infâncias Negras na Perspectiva Étnico-Racial

O conceito de infâncias negras surge como uma importante chave analítica e política para compreender as especificidades das experiências vividas por crianças negras em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. Longe de ser uma categoria homogênea, a noção de infâncias negras reconhece que a infância não é uma fase neutra do desenvolvimento humano, mas sim atravessada por marcadores sociais como raça, classe, gênero e território. Essa perspectiva desestabiliza a ideia universalizante e eurocentrada de infância, frequentemente representada por crianças brancas, de classe média e ocidentais, e evidencia que crianças negras têm suas trajetórias marcadas por processos precoces de racialização, exclusão simbólica e material, além da negação de sua subjetividade e pertencimento.

Desta forma, discutir infâncias negras é também sobre as múltiplas formas de resistência e reexistência produzidas por essas crianças, que constroem formas próprias de ser, brincar, imaginar e se relacionar com o mundo. Trata- se, portanto, de um conceito que convoca educadores, pesquisadores e gestores a repensarem práticas pedagógicas, currículos e políticas públicas, de modo a garantir o direito de todas as crianças a uma infância digna, plural e antirracista, onde suas identidades sejam reconhecidas, valorizadas e afirmadas desde os primeiros anos de vida.

Nesse sentido, quando falamos das infâncias negras na perspectiva étnico-racial propõe-se uma ruptura com visões hegemônicas e universalizantes da infância, ao reconhecer que as experiências das crianças negras são profundamente atravessadas por processos históricos, sociais e culturais de racialização que impactam diretamente sua formação identitária, relações sociais e acesso a direitos. Essa perspectiva compreende que a infância não pode ser analisada de forma dissociada das estruturas de poder que organizam a sociedade, especialmente o racismo estrutural, que desde os primeiros anos de vida impõe barreiras simbólicas e materiais à plena vivência da infância negra.

As crianças negras frequentemente enfrentam a invisibilização de suas culturas, a ausência de representatividade positiva nos espaços educativos, o silenciamento de suas dores e a negação de suas subjetividades, fatores que comprometem o desenvolvimento de uma autoimagem positiva e o sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo, a perspectiva étnico-racial destaca a potência das infâncias negras como sujeitos sociais ativos que ressignificam suas vivências, constroem saberes próprios e manifestam resistência por meio do brincar, da linguagem, da afetividade e das práticas culturais herdadas de suas famílias e comunidades.

Assim, pensar as infâncias negras sob esse olhar demanda um compromisso ético-político das instituições educativas com a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, que valorizem a

diversidade, promova a equidade e assegurem que todas as crianças tenham suas identidades reconhecidas, respeitadas e celebradas desde os primeiros anos de escolarização. Este processo de resistência e construção identitária positiva é, nas palavras de Souza (2021, p. 78), “o resultado de um doloroso processo de desconstrução da imagem negativa, socialmente introjetada, e da construção de uma nova identidade, positiva, baseada na revalorização da cultura e da história africanas”, o que ela define como “tornar-se negro”.

Posto isso, a autorrepresentação e o reconhecimento social desempenham papéis fundamentais na construção da identidade e no fortalecimento da autoestima das crianças negras, especialmente no contexto da educação infantil, onde as primeiras experiências de reconhecimento e valorização de si mesmas e do outro são formativas para a construção de sujeitos plenos e conscientes de suas raízes culturais e sociais. Souza (1983) ao falar no processo de construção da Identidade negra destaca como a negação dessa representação positiva é estrutural: É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é quem afirma: "o negro é o outro do belo". É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros.

A autorrepresentação consiste na possibilidade de crianças negras verem suas imagens, histórias, culturas e modos de vida refletidos de maneira positiva e legítima nos materiais didáticos, nas práticas pedagógicas e nos espaços escolares, o que contribui para a afirmação de sua identidade e o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento. Por outro lado, o reconhecimento social refere- se ao reconhecimento público e institucional da diversidade étnico-racial, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças, combatendo estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizam essas crianças. A ausência desses elementos gera efeitos nocivos, como o silenciamento, a invisibilização e a desvalorização das infâncias negras, impactando negativamente seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

Este apagamento vai além da representação; é um ataque a sua produção de conhecimento e memória, um processo que Carneiro (2019, p.45) conceitualiza como epistemicídio: “O epistemicídio é a negação do conhecimento produzido por um grupo social, é a destruição de sua memória, de sua cultura, de sua identidade. Contra ele, a resistência se faz pela reafirmação de nossos saberes, de nossa ancestralidade, pela valorização de nossa cultura.”

Assim, a promoção da autorrepresentação e do reconhecimento social no ambiente educativo é um passo crucial para a efetivação de uma educação antirracista, que valorize a pluralidade cultural

e assegure o direito de todas as crianças a uma infância digna, com oportunidades iguais de aprender, crescer e se expressar em sua diversidade. Nesse sentido, é imprescindível que educadores, gestores e formuladores de políticas estejam comprometidos com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a revisão crítica dos currículos, a fim de garantir que as crianças negras sejam vistas, ouvidas e reconhecidas em sua integralidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa desde os primeiros anos da vida.

2.2. Pertencimento e Socialização Racial na Educação Infantil

A escola configura-se como um espaço ambivalente na construção da identidade negra, podendo atuar tanto como ambiente de afirmação e empoderamento quanto como mecanismo de negação e reprodução do racismo estrutural, a depender das práticas pedagógicas adotadas. Quando permeada por currículos eurocêntricos, materiais didáticos excludentes e relações interpessoais não problematizadas, a instituição escolar tende a silenciar histórias, culturas e referências negras, reforçando processos de invisibilização que minam a autoestima e o desenvolvimento identitário das crianças (Cavalleiro, 2001). Por outro lado, quando comprometida com uma educação antirracista, a escola transforma-se em território de resistência, ao incorporar narrativas afrodiaspóricas, valorizar saberes ancestrais e criar oportunidades para que estudantes negros se reconheçam positivamente em sua trajetória educacional (Gomes, 2012). Essa dualidade revela-se cotidianamente: desde a escolha de imagens expostas na sala de aula até o tratamento dado às manifestações culturais de matriz africana, cada elemento do ambiente escolar envia mensagens implícitas sobre quais identidades são válidas e dignas de pertencimento.

A implementação efetiva da Lei 10.639/03 surge como possibilidade de ressignificação desse espaço, ao exigir que a história e cultura afro-brasileira sejam trabalhadas não como apêndice curricular, mas como eixo estruturante capaz de desconstruir hierarquias raciais e resgatar a dignidade das infâncias negras (Munanga, 2005). Assim, mais do que um local de instrução formal, a escola revela-se arena política decisiva, onde se disputam visões de mundo e possibilidades de existência, cabendo aos educadores a escolha entre perpetuar ou transformar as estruturas excludentes que historicamente têm moldado a experiência educacional da população negra no Brasil.

De acordo com Cavalleiro (2001), as interações sociais e os materiais pedagógicos desempenham um papel fundamental na construção do pertencimento étnico-racial na educação infantil, pois são por meio dessas dinâmicas que as crianças começam a formar suas identidades e a perceber-se como parte de um grupo social. As interações entre pares e entre crianças e educadores podem tanto reforçar estereótipos e desigualdades quanto promover a valorização da diversidade,

dependendo da intencionalidade pedagógica adotada. Materiais didáticos que representam de forma positiva e equitativa as diferentes etnias, culturas e histórias contribuem para que as crianças negras e não negras se reconheçam e respeitem as diferenças, combatendo a invisibilização e o racismo estrutural.

Cavalleiro (2001) destaca que, quando a escola negligencia a seleção crítica desses recursos e não problematiza as relações sociais discriminatórias, ela acaba reproduzindo hierarquias raciais que afetam a autoestima e o senso de pertencimento das crianças negras. Portanto, é essencial que as práticas educativas incluam discussões antirracistas, materiais diversificados e interações mediadas pela escuta ativa e pelo respeito, criando um ambiente em que todas as crianças se sintam representadas e valorizadas em suas singularidades. Essa abordagem não só fortalece a identidade étnico-racial, mas também prepara os alunos para uma convivência social mais justa e inclusiva, alinhando-se aos princípios de uma educação emancipatória.

3 - Os Desafios da Representatividade Negra na Educação Infantil

3.1. A Invisibilização e os Estereótipos nos Materiais Didáticos

A invisibilização e os estereótipos nos materiais didáticos utilizados na Educação Infantil configuram uma problemática persistente e estruturante no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que diz respeito à construção da identidade étnico-racial das crianças. Observa-se que muitos livros, apostilas, cartazes e demais recursos pedagógicos adotados nas instituições de ensino ainda reproduzem, consciente ou inconscientemente, padrões eurocêntricos de beleza, cultura e protagonismo, conferindo centralidade à figura branca e relegando personagens negros, indígenas e de outras etnias a papéis secundários, caricatos ou mesmo ausentes.

Essa prática compromete a efetivação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e contribui para a manutenção do racismo estrutural, pois impede que crianças negras e indígenas se vejam representadas de forma positiva e digna no espaço escolar. A escassez de imagens e narrativas que expressem a diversidade étnico-racial do país limita o repertório simbólico das crianças, gerando impactos diretos na constituição da autoestima, do pertencimento e do respeito às diferenças. Além disso, os estereótipos presentes nos materiais didáticos — como a representação da população negra apenas em contextos de escravidão ou pobreza, ou a exotização das culturas indígenas — não só reforçam visões distorcidas e preconceituosas como também dificultam a construção de uma educação verdadeiramente antirracista desde os primeiros

anos escolares.

Diante desse cenário, torna-se urgente a revisão crítica e a produção consciente de materiais que contemplem a pluralidade cultural brasileira, apresentem diferentes grupos étnico-raciais de forma equitativa e valorizem suas contribuições sociais, históricas e culturais, contribuindo assim para a formação de sujeitos mais empáticos, críticos e comprometidos com a justiça social.

A predominância de narrativas eurocêntricas em livros, brinquedos e imagens presentes no cotidiano escolar da Educação Infantil constitui um dos principais obstáculos à promoção de uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e combata o racismo estrutural desde os primeiros anos de vida. A centralidade de referências culturais, estéticas e históricas oriundas da Europa, especialmente associadas à branquitude, constrói uma visão de mundo unilateral e excludente, na qual o modo de ser, viver e pensar das populações negras, indígenas e de outras etnias é constantemente marginalizado ou reduzido a estereótipos.

Em livros infantis, é comum encontrar protagonistas brancos em contextos urbanos idealizados, enquanto personagens negros ou indígenas, quando aparecem, ocupam papéis secundários, folclóricos ou exóticos, sem profundidade ou complexidade. Da mesma forma, brinquedos e materiais lúdicos raramente contemplam a pluralidade racial e cultural brasileira, reforçando padrões estéticos hegemônicos que afetam diretamente o desenvolvimento da identidade e da autoestima das crianças não brancas.

Essa homogeneização das referências culturais contribui para o silenciamento das histórias e saberes ancestrais afro-brasileiros e indígenas, desvalorizando experiências que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017, p. 70), “a escola precisa romper com o paradigma monocultural eurocêntrico, assumindo uma perspectiva intercultural e antirracista que reconheça as diversas matrizes civilizatórias presentes na formação da sociedade brasileira”.

A escola, ao perpetuar essas imagens e narrativas eurocêntricas, falha em seu papel formativo e reprodutor de cidadania, ignorando a potência pedagógica de uma abordagem curricular que reconheça, respeite e integre as múltiplas vozes que compõem o tecido social brasileiro. Nesse sentido, faz-se urgente a reformulação crítica dos acervos escolares e das práticas pedagógicas, com o objetivo de assegurar que todas as crianças possam se ver representadas de forma positiva, diversa e humanizada, garantindo o direito à identidade e à pertença desde a primeira infância.

Ademais, a falta de representação positiva de crianças negras nos espaços escolares,

especialmente nos materiais pedagógicos, brinquedos, livros e imagens que compõem o universo da Educação Infantil, tem efeitos profundos e duradouros na formação da autoimagem e da identidade dessas crianças. Desde muito cedo, elas percebem, ainda que de maneira não verbalizada, que seus traços, suas histórias e suas culturas são ausentes ou desvalorizadas no ambiente escolar, o que impacta diretamente sua autoestima e o sentimento de pertencimento.

A ausência de representações negras em posições de protagonismo e a prevalência de modelos brancos como padrão de beleza, inteligência e bondade geram um processo de interiorização da inferioridade, no qual a criança negra passa a se enxergar como "menos" diante do outro. Kabengele Munanga (2005) alerta que "a negação da identidade negra na sociedade brasileira tem efeitos psicológicos devastadores, pois leva à rejeição da própria imagem e à tentativa de embranquecimento simbólico como forma de aceitação social".

Nesse contexto, é possível observar comportamentos como a recusa dos cabelos crespos, a rejeição da cor da pele e o desejo de se parecer com personagens brancos, o que demonstra como o racismo simbólico se inscreve de forma sutil e precoce no imaginário infantil. Por isso, é papel da escola romper com a lógica excludente dos referenciais eurocêntricos e promover uma pedagogia afirmativa, na qual a diversidade seja celebrada e a criança negra possa se ver, se reconhecer e se orgulhar de quem é. A promoção de representações negras plurais, potentes e humanas é, portanto, uma estratégia essencial não apenas para o fortalecimento da autoestima das crianças negras, mas também para a construção de uma educação antirracista, inclusiva e verdadeiramente democrática.

3.2. A Falta de Formação Docente para Questões Étnico-Raciais

A lacuna na formação inicial e continuada de professores revela um dos principais entraves à efetivação de uma educação antirracista na Educação Infantil, especialmente no que se refere ao cumprimento da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade. Muitos cursos de licenciatura ainda tratam a temática étnico-racial de forma superficial ou pontual, sem integrá-la de maneira transversal ao currículo, o que resulta na formação de educadores despreparados para lidar com as complexidades do racismo estrutural e suas manifestações no ambiente escolar.

De acordo com Gomes (2017), "há um abismo entre o discurso legal e a prática pedagógica, pois os profissionais da educação não foram formados para reconhecer, problematizar e enfrentar o racismo presente no cotidiano das instituições escolares." Essa lacuna formativa compromete não apenas a abordagem dos conteúdos previstos em lei, mas também a sensibilidade do professor diante das experiências vividas pelas crianças negras, que muitas vezes enfrentam o silenciamento, o

preconceito e a ausência de representatividade de forma sistemática. Além disso, a falta de investimento em formação continuada específica, crítica e reflexiva impede que os docentes atualizem suas práticas, reproduzindo, mesmo que de forma involuntária, discursos e práticas excludentes.

A ausência de preparo para lidar com a diversidade étnico-racial também afeta a capacidade do professor de selecionar materiais didáticos mais inclusivos, de reconhecer e intervir em situações de discriminação entre pares e de promover um ambiente que valorize as identidades negras e indígenas desde a infância. Portanto, torna-se urgente repensar os currículos das licenciaturas e ampliar programas de formação continuada que abordem com profundidade as relações étnico-raciais, possibilitando que os educadores compreendam seu papel político e pedagógico na desconstrução do racismo e na valorização da diversidade como princípio fundamental da educação infantil democrática e inclusiva.

Esse desconhecimento sobre racismo e diversidade por parte de educadores, gestores e demais atores escolares é um fator determinante para a perpetuação de práticas pedagógicas e institucionais excludentes no contexto da Educação Infantil. Quando os profissionais da educação não compreendem as dinâmicas do racismo estrutural, seus impactos históricos e subjetivos, e tampouco reconhecem a importância da diversidade étnico-racial na formação da identidade das crianças, tendem a reproduzir, muitas vezes de forma inconsciente, atitudes discriminatórias e silenciadoras. Essa ausência de conhecimento crítico impede, por exemplo, o reconhecimento de microagressões no cotidiano escolar, a valorização de referências culturais não eurocêntricas, e a construção de espaços de pertencimento para crianças negras e indígenas.

Com isso, práticas como a escolha de materiais didáticos monocromáticos, a invisibilização de figuras negras e indígenas nos projetos pedagógicos, ou ainda a omissão diante de episódios de preconceito entre pares torna-se recorrente, contribuindo para a marginalização simbólica dessas crianças desde a primeira infância. Ao não considerar o racismo como uma questão pedagógica central, a escola reforça desigualdades históricas e compromete o desenvolvimento saudável da autoestima e da identidade das crianças racializadas.

Essa omissão também revela o descompromisso com a efetivação das diretrizes legais que exigem uma educação voltada para o reconhecimento da pluralidade cultural e racial do Brasil, como a Lei nº 10.639/03. Portanto, reconhecer o racismo e compreender a diversidade como fundamentos essenciais da prática educativa não é apenas um ato político e ético, mas uma exigência para que a Educação Infantil cumpra seu papel social de garantir a todas as crianças, independentemente de sua

cor, origem ou cultura o direito de serem vistas, respeitadas e acolhidas em sua integralidade.

3.3. O Racismo Estrutural e suas Manifestações no Ambiente Escolar

A Educação Infantil, embora deva ser um espaço de acolhimento e valorização das identidades, frequentemente reproduz discriminações veladas e o silenciamento das culturas negras, manifestações essas que, por sua sutileza, muitas vezes passam despercebidas pelos educadores, mas deixam marcas profundas no desenvolvimento das crianças. As microagressões como comentários que desvalorizam traços fenotípicos (“cabelo ruim”), a associação de figuras negras apenas a contextos de servidão ou escravidão, ou a exclusão em brincadeiras coletivas, operam como violências simbólicas que naturalizam hierarquias raciais e minam a autoestima das crianças negras. Paralelamente, a discriminação se manifesta na ausência de representatividade em materiais didáticos, na predominância de bonecas e personagens brancos como referências de beleza e normalidade, e na omissão diante de situações de preconceito entre os pares, tratadas como “coisas de criança”.

Esse cenário é agravado pelo silenciamento sistemático das culturas negras e indígenas, seja pela falta de abordagem sobre suas histórias, contribuições e cosmovisões, seja pela folclorização de suas expressões culturais, reduzidas a datas comemorativas desconectadas de um contexto político e identitário. Tais práticas, embora possam parecer isoladas, são parte de um racismo estrutural que se infiltra no cotidiano escolar, reforçando a invisibilidade e a subalternização de identidades não brancas. A consequência é a internalização, desde a primeira infância, de uma noção de inferioridade, além da naturalização da branquitude como universal. Para romper com essa dinâmica, é essencial que os educadores desenvolvam um olhar crítico sobre essas microagressões, reconheçam seu impacto psicossocial e adotem práticas intencionais de valorização da diversidade, como a incorporação de narrativas afrocentradas, a mediação consciente de conflitos raciais e a criação de ambientes onde todas as crianças se vejam representadas e dignificadas. Somente assim a Educação Infantil poderá cumprir seu papel como espaço de equidade e construção de identidades plurais e afirmativas.

4 - O Potencial Transformador da Educação Étnico-Racial na Primeira Infância

4.1. Marcos Legais e Políticas de Inclusão: Avanços e Limitações

A legislação brasileira tem apresentado avanços significativos no que diz respeito à promoção da igualdade étnico-racial na educação, com destaque para a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e sua ampliação pela Lei nº

11.645/2008, que incluiu a temática indígena no currículo escolar, marcos fundamentais para o reconhecimento da diversidade cultural do país e para o combate ao racismo estrutural no ambiente educacional. Essas políticas foram reforçadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais (2004) e pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), que orientam a formação docente e a prática pedagógica na perspectiva antirracista. No entanto, apesar desses avanços normativos, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios estruturais, como a falta de fiscalização sistemática, a carência de recursos materiais e humanos, a resistência de instituições educacionais em incorporar as temáticas de forma transversal e a formação insuficiente de professores para trabalhar com esses conteúdos de maneira crítica e reflexiva.

Além disso, muitas vezes as ações limitam-se a iniciativas pontuais, como eventos comemorativos no mês da Consciência Negra, sem uma abordagem contínua e integrada ao projeto político-pedagógico das escolas. A descontinuidade de políticas públicas em diferentes governos e a fragilidade na articulação entre as esferas federal, estadual e municipal também comprometem a sustentabilidade dessas ações. Essas limitações revelam a distância entre o discurso legal e a prática educacional, perpetuando a marginalização das culturas negras e indígenas no cotidiano escolar. Para superar esses obstáculos, é essencial não apenas fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas existentes, mas também garantir investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos antirracistas e a participação ativa da comunidade escolar na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa.

Dessa forma, os marcos legais poderão transcender o papel simbólico e se converter em transformações concretas no chão da escola, especialmente na Educação Infantil, onde as bases identitárias e sociais são formadas.

A Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, representa um marco histórico na educação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis de ensino, rompendo com um currículo eurocêntrico que secularmente invisibilizou as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira. Complementando essa legislação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) estabelecem parâmetros pedagógicos para a implementação dessa temática, orientando que o estudo dessas culturas não se restrinja a abordagens folclóricas ou datas comemorativas, mas seja trabalhado de forma transversal, interdisciplinar e contínua, permeando todas as áreas do conhecimento e as práticas escolares cotidianas.

Esses instrumentos legais surgem como respostas às reivindicações do movimento negro e como tentativa de reparação histórica, visando não apenas a transmissão de conteúdos específicos, mas a transformação das relações sociais no ambiente escolar, combatendo o racismo estrutural e promovendo a valorização da diversidade. No entanto, apesar de seu potencial transformador, pesquisas como as de Gomes (2012) e Munanga (2005) apontam que a aplicação dessas normativas ainda enfrenta desafios significativos, incluindo a resistência institucional, a falta de formação docente específica, a carência de materiais didáticos adequados e a fragilidade nas políticas de acompanhamento e avaliação.

Na Educação Infantil, especificamente, essas limitações se tornam ainda mais críticas, pois é nesta fase que se formam as primeiras noções de identidade e diferença, exigindo que os educadores estejam preparados para trabalhar as relações étnico-raciais de forma lúdica, mas intencional, por meio de brincadeiras, contação de histórias e seleção criteriosa de imagens e representações que combatam estereótipos.

A análise desses documentos revela, portanto, uma contradição entre seu caráter inovador e as dificuldades de efetivação, destacando a necessidade de políticas públicas mais robustas que garantam formação continuada qualificada, produção e distribuição de recursos pedagógicos antirracistas e mecanismos eficazes de fiscalização, para que esses avanços legais se traduzam em práticas educacionais verdadeiramente inclusivas e transformadoras desde a primeira infância.

4.2. Estratégias Pedagógicas para Promover Representatividade e Pertencimento

A contação de histórias africanas e afro-brasileiras na Educação Infantil configura-se como uma potente estratégia pedagógica para o fortalecimento da identidade racial, a valorização da ancestralidade negra e o enfrentamento das práticas excludentes presentes no cotidiano escolar. Por meio de narrativas oriundas das tradições orais africanas e das vivências culturais afro-brasileiras, as crianças têm acesso a personagens negros em papéis de protagonismo, sabedoria, coragem e criatividade, rompendo com os estereótipos negativos e eurocentrados, que historicamente dominaram o imaginário infantil. Além de enriquecer o repertório simbólico das crianças, essas histórias resgatam mitos, valores, cosmologias e modos de vida que foram historicamente silenciados pelo racismo estrutural e pela colonização cultural.

Ao serem trabalhadas com intencionalidade, essas narrativas contribuem para o desenvolvimento da autoestima das crianças negras, estimulam o pertencimento e abrem espaço para o diálogo crítico sobre as diferentes formas de ser e existir no mundo. No contexto da Educação

Infantil, em que o lúdico e a oralidade ocupam lugar central na aprendizagem, a inserção constante e significativa dessas histórias deve ser compreendida não como um complemento, mas como parte integrante de um currículo antirracista e multicultural. Assim, cabe aos educadores conhecer, respeitar e utilizar esse vasto acervo narrativo como ferramenta de ensino e de transformação social, assumindo a contação de histórias africanas e afro-brasileiras como um gesto pedagógico de afirmação, reparação histórica e construção de uma educação mais equitativa desde os primeiros anos de vida.

O uso de imagens, brinquedos e linguagens que valorizem a diversidade é fundamental para a construção de um ambiente educativo inclusivo, pois tais recursos simbólicos influenciam diretamente a formação da identidade e o sentimento de pertencimento das crianças. Quando as escolas apresentam representações visuais e lúdicas que refletem a pluralidade étnico-racial, cultural e corporal presentes na sociedade brasileira, as crianças negras, indígenas e de outros grupos minorizados sentem-se reconhecidas e afirmadas, o que ajuda no fortalecimento da autoestima e contribui para uma autoimagem positiva. Brinquedos como bonecas com diferentes tons de pele, jogos que abordam tradições culturais variadas e livros ilustrados com personagens multifacetados promovem o respeito às diferenças desde cedo, estimulando a empatia e a convivência harmoniosa.

A linguagem utilizada pelos educadores e materiais pedagógicos exerce papel central na desconstrução de preconceitos, quando adotada de forma inclusiva e afirmativa. Essa valorização transcende a estética, pois, como afirma Nascimento (2016, p. 77), “Para o povo negro, cultura não é adorno, não é folclore. É instrumento de sobrevivência, é arma de luta, é memória viva da ancestralidade. Na dança, no canto, no ritual religioso, nós preservamos a chama da resistência e afirmamos nossa humanidade negada pelo racismo.” Dessa forma, os recursos pedagógicos tornam-se ferramentas de luta e sobrevivência cultural.

Assim, é imprescindível que as instituições escolares assumam o compromisso político-pedagógico de selecionar e utilizar intencionalmente recursos que promovam a valorização da diversidade, tornando a educação infantil um espaço de afirmação e respeito às múltiplas identidades presentes na sociedade. Por outro lado, a ausência ou sub-representação desses elementos reforça a exclusão simbólica e o silenciamento das culturas não hegemônicas, perpetuando desigualdades e prejudicando o desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, a valorização da diversidade não deve ser encarada como um complemento, mas sim como um componente estrutural para a promoção da equidade racial e da justiça social na educação desde os primeiros anos de vida.

4.3. A Escola como Espaço de Afirmação e Resistência

O professor na Educação Infantil pode assumir um papel fundamental como agente antirracista, pois, além de mediar conhecimentos, é responsável por criar condições pedagógicas que promovam a equidade étnico-racial e o reconhecimento positivo das identidades negras desde os primeiros anos de escolarização. O educador antirracista deve problematizar seu próprio lugar de fala, questionar a branquitude como norma implícita no currículo e garantir a representação equitativa de culturas africanas e afro-brasileiras nas rotinas escolares – desde a escolha de bonecas e livros infantis até a forma de conduzir brincadeiras e conversas cotidianas. Além disso, cabe ao professor estabelecer parcerias com famílias e comunidades tradicionais, criando espaços de diálogo sobre identidade e diversidade, e documentar as experiências pedagógicas para sistematizar práticas exitosas.

Essa postura ativa não se limita ao cumprimento da Lei 10.639/03, mas envolve um compromisso ético com a construção de uma educação infantil que, ao invés de silenciar diferenças, as celebre como fundamento para uma sociedade verdadeiramente democrática e plural.

5 - Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, pautada na análise crítica e interpretativa de produções acadêmicas, legislações, diretrizes curriculares e referenciais teóricos que discutem a representatividade negra, a construção identitária e o pertencimento étnico-racial na primeira infância.

O percurso metodológico fundamenta-se na análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011) e no enfoque da pesquisa social de Minayo (2014), que compreende a interpretação dos fenómenos sociais a partir da articulação entre a dimensão objetiva e a subjetiva, buscando apreender a totalidade do contexto investigado. Partindo desse referencial, o estudo organizou-se em três etapas principais:

1. Levantamento e Seleção do Corpus Documental: Foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados científicas, utilizando os seguintes descritores e suas combinações: “representatividade negra”, “educação infantil”, “identidade racial”, “pertencimento”, “Lei 10.639/03”, “racismo estrutural” e “infâncias negras”. Foram selecionados artigos, livros, teses e dissertações publicados predominantemente nos últimos 20 anos, priorizando autores de referência na área das relações étnico- raciais no Brasil, como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Neusa Santos Souza, Eliane Cavalleiro e Sueli Carneiro. Paralelamente, foi realizada a análise documental

de marcos legais e normativos, com destaque para a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004).

2. Análise Crítica e Interpretativa: Os materiais selecionados foram submetidos a uma leitura crítica e analítica, com o objetivo de identificar categorias temáticas centrais que emergissem do corpus, tais como: “invisibilização e estereótipos”, “formação docente”, “racismo estrutural na escola”, “estratégias

pedagógicas antirracistas" e "potencial transformador da educação étnico-racial". Essa etapa seguiu o princípio da hermenêutica de profundidade, buscando não apenas descrever o conteúdo, mas interpretar seus significados e implicações no contexto da educação infantil, à luz do referencial teórico adotado.

3. Síntese e Articulação Teórica: Por fim, os dados analisados foram sintetizados e articulados de forma coerente, permitindo a construção de uma argumentação que problematiza os desafios da representatividade negra na primeira infância e, simultaneamente, aponta caminhos e estratégias para a promoção de uma educação infantil antirracista, afirmativa e inclusiva. Como afirma Minayo (2014, p. 16), "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado", o que se coaduna perfeitamente com o objetivo de compreender as complexidades e nuances das identidades e do pertencimento na primeira infância.

A opção por este desenho metodológico justifica-se por permitir um exame aprofundado das construções teóricas e discursivas sobre o tema, oferecendo subsídios para a reflexão sobre as práticas educativas e contribuindo para o avanço do debate acadêmico sobre a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais na primeira infância

6 - Casos de Implementação Bem-Sucedida da Educação Étnico-Racial em Belém do Pará

A cidade de Belém do Pará tem se constituído como espaço para experiências significativas no campo da educação étnico-racial, sobretudo na educação infantil, onde se reconhece a importância de trabalhar a identidade, a diversidade cultural e o combate às práticas de exclusão desde os primeiros anos de vida escolar. Entre os casos documentados em pesquisas acadêmicas, a Escola Municipal Vella Alves, localizada no bairro do Jurunas, ganha destaque como exemplo de inovação curricular voltada ao fortalecimento da identidade negra. De acordo com a dissertação de Moreira Couto (2018), essa escola estruturou práticas pedagógicas que se configuraram como "narrativas étnico-raciais", integrando saberes afro-amazônicos às rotinas escolares por meio de contação de histórias, atividades artísticas e valorização de referências culturais locais. O estudo demonstrou que tais práticas não apenas ampliaram o repertório cultural das crianças, mas também ressignificaram o espaço escolar como ambiente de resistência e afirmação identitária, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e representativa.

Outro caso relevante analisado é o trabalho de Oliveira (2024), que investigou a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas da rede municipal de Belém. A pesquisa evidenciou avanços no campo documental, com a inclusão da temática étnico-racial em Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e no planejamento das professoras, além da realização de projetos que exploravam a história e a cultura afro- brasileira no cotidiano das turmas. Oliveira identificou experiências bem-sucedidas, como semanas temáticas voltadas à consciência negra, oficinas de música e dança inspiradas em tradições africanas e atividades de artes plásticas que dialogavam com símbolos da cultura afro-amazônica. Apesar de ainda persistirem dificuldades relacionadas à formação inicial dos docentes

e à continuidade das práticas, os resultados apontaram para uma mudança gradual na concepção de infância e diversidade dentro das instituições, fortalecendo a presença das narrativas negras no espaço escolar e estimulando maior envolvimento das famílias em atividades que valorizavam a ancestralidade.

A atuação da Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico-Raciais (CODERER), vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Belém, também é um exemplo de iniciativa institucional que tem contribuído para a consolidação da temática no âmbito da educação infantil. Criada como resposta às demandas de efetivação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, a CODERER tem promovido diagnósticos sobre a realidade das escolas, realizado formações continuadas com professores da rede municipal e elaborado materiais de apoio para subsidiar práticas pedagógicas antirracistas. Um relatório publicado pela própria coordenadoria em 2021 destacou experiências de escolas que, com o suporte técnico da secretaria, desenvolveram projetos de valorização da cultura negra e indígena, incorporando brincadeiras tradicionais, cantos, rodas de conversa e oficinas intergeracionais com participação de comunidades quilombolas e indígenas. Essas ações mostraram-se eficazes em aproximar escola e comunidade, além de estimular nas crianças um sentimento de pertencimento e orgulho de suas origens.

Outro aspecto que merece atenção é a articulação dessas experiências bem-sucedidas com as especificidades da Amazônia. Em Belém, a valorização das identidades negras se cruza com a diversidade étnica da região, marcada pela forte presença indígena e pelas comunidades tradicionais. Nesse sentido, as iniciativas que envolveram a participação de mestres da cultura popular, artesãs quilombolas e representantes de povos indígenas nas atividades escolares representaram práticas inovadoras que ampliaram os horizontes das crianças e favoreceram a construção de uma educação infantil verdadeiramente intercultural. O engajamento comunitário, nesse caso, foi decisivo para legitimar e fortalecer as práticas pedagógicas, garantindo que não se tratassem de atividades pontuais ou meramente comemorativas, mas de ações pedagógicas com enraizamento cultural e potencial transformador.

Esses casos mostram que a efetividade da educação étnico-racial em Belém não está restrita ao cumprimento legal, mas envolve a capacidade das escolas de dialogar com os territórios onde estão inseridas, reconhecer a pluralidade cultural da Amazônia e dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas. Embora ainda existam desafios, como a necessidade de formação continuada mais ampla e sistemática, de maior produção e circulação de materiais didáticos específicos e de políticas públicas que assegurem continuidade, as experiências descritas evidenciam que a integração consistente de práticas étnico-raciais na educação infantil é possível e já vem gerando impactos positivos. As crianças que participam dessas práticas aprendem a valorizar sua própria história, reconhecem a diversidade como parte constitutiva de sua identidade e crescem em um ambiente que promove respeito, autoestima e pertencimento.

Assim, os casos bem-sucedidos de Belém podem ser considerados referências relevantes não apenas para a realidade local, mas também para outras regiões do Brasil que buscam consolidar a educação étnico-racial na infância como política educativa estruturante.

7 - Análise dos resultados

Evidencia-se um cenário complexo e multifacetado em relação à representatividade negra na primeira infância, com profundas implicações para a construção identitária e o sentimento de pertencimento das crianças negras no contexto da Educação Infantil. Os achados revelam que a persistência de um currículo eurocêntrico e a predominância de materiais didáticos que invisibilizam ou estereotipam a população negra constituem mecanismos eficazes de perpetuação do racismo estrutural desde os primeiros anos de vida. A escassez de representações positivas de personagens negros em posições de protagonismo, inteligência e afeto nos livros, brinquedos e imagens do cotidiano escolar envia mensagens subliminares de desvalorização que são internalizadas precocemente pelas crianças, afetando diretamente sua autoimagem e autoestima.

Identificou-se que o problema vai além da mera ausência de representação, manifestando-se também através de microagressões cotidianas, como comentários depreciativos sobre características fenotípicas, a associação sistemática de figuras negras a contextos de subalternidade e a folclorização de suas expressões culturais. Essas práticas, muitas vezes naturalizadas e não problematizadas, operam como violências simbólicas que minam o desenvolvimento psíquico e social das crianças negras, ao mesmo tempo que reforçam a branquitude como padrão universal de humanidade e normalidade. A análise demonstra que tais dinâmicas não são meramente incidentais, mas sim estruturantes de um sistema educacional que historicamente falhou em reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial brasileira.

Um dos resultados mais críticos diz respeito à formação docente, revelada como um nó central do problema. A maioria dos educadores não recebe, em sua formação inicial ou continuada, instrumentos teóricos ou práticos para compreender e enfrentar o racismo em suas múltiplas manifestações. Essa lacuna formativa resulta em práticas pedagógicas que, mesmo bem-intencionadas, frequentemente reproduzem visões estereotipadas, negligenciam situações de discriminação e perpetuam a invisibilidade das culturas negras. A implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, portanto, esbarra não apenas na resistência institucional, mas principalmente na falta de preparo dos profissionais para traduzir os marcos legais em ações pedagógicas consistentes e transformadoras.

Contrapondo-se a esse cenário desafiador, a análise também identificou potentes estratégias de resistência e transformação. A contação de histórias africanas e afro-brasileiras emergiu como uma prática pedagógica particularmente eficaz, capaz de resgatar narrativas silenciadas, apresentar referências positivas de negritude e ampliar o imaginário simbólico das crianças. Da mesma forma, a utilização intencional de brinquedos, imagens e linguagens que celebram a diversidade mostrou-se fundamental para criar ambientes educativos inclusivos e afirmativos. Experiências bem-sucedidas, como as documentadas em Belém do Pará, demonstram que é possível construir alternativas pedagógicas inovadoras quando há articulação entre escola, comunidade e políticas públicas comprometidas com a equidade racial.

Estes resultados indicam, em última instância, que a promoção da representatividade negra na primeira

infância não é uma questão secundária ou complementar, mas sim condição fundamental para o exercício pleno do direito à educação e ao desenvolvimento integral. A superação do racismo estrutural na Educação Infantil exigirá, portanto, um conjunto articulado de ações que incluam formação crítica de professores, produção e disseminação de materiais antirracistas, implementação efetiva da legislação vigente e o reconhecimento da escola como espaço político de disputa por representação e humanidade.

Considerações finais

O presente estudo permitiu aprofundar a reflexão sobre a complexa relação entre representatividade negra, construção identitária e sentimento de pertencimento na primeira infância, revelando a urgência de transformações profundas no campo da Educação Infantil. A análise realizada evidencia que a ausência de referências positivas e afirmativas, somada à perpetuação de estereótipos e à invisibilização das culturas negras, constitui um grave obstáculo ao desenvolvimento pleno das crianças negras, com consequências que se estendem por toda a vida. O racismo estrutural, enraizado nas instituições e nas práticas sociais, opera de forma sutil e insidiosa, minando a autoestima, fragilizando a formação identitária e naturalizando hierarquias raciais desde os primeiros anos de vida. Nesse contexto, a escola, que deveria ser um espaço de acolhimento, proteção e valorização das diferenças, muitas vezes reproduz lógicas excludentes e violências simbólicas que silenciam e marginalizam as infâncias negras.

Os resultados demonstram que a efetivação de uma educação antirracista na primeira infância depende fundamentalmente de uma mudança de paradigma que envolva múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, é imperativo superar a lacuna formativa dos profissionais da educação, que em sua maioria não são preparados para reconhecer, problematizar e enfrentar o racismo em suas manifestações cotidianas. A formação inicial e continuada deve incorporar, de forma transversal e crítica, as discussões étnico- raciais, capacitando os educadores para selecionar materiais representativos, mediar conflitos, intervir em situações de discriminação e construir práticas pedagógicas intencionais que afirmem a diversidade. Sem esse preparo, as leis e diretrizes existentes correm o risco de se tornarem superficiais e desconectadas da realidade vivida pelas crianças.

Ademais, a revisão e produção de materiais didáticos e lúdicos que representem de forma positiva, plural e humana a população negra é uma medida urgente e indispensável. Livros, bonecas, imagens e brinquedos devem refletir a diversidade étnico-racial brasileira, apresentando personagens negros em posições de protagonismo, inteligência, criatividade e afeto, rompendo com a associação recorrente entre negritude e subalternidade. A valorização de narrativas africanas e afro-brasileiras, por meio da contação de histórias e da incorporação de saberes ancestrais, mostrou-se uma estratégia poderosa para ampliar o repertório simbólico das crianças, fortalecer sua autoestima e ressignificar seu lugar no mundo.

É essencial compreender a escola como um espaço político e ético, onde se disputam visões de mundo e possibilidades de existência. A implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 não pode se restringir a atividades pontuais ou datas comemorativas; deve constituir um eixo estruturante do projeto político-pedagógico,

permeando todas as áreas do conhecimento e as relações cotidianas. Isso exige um compromisso coletivo de gestores, educadores, famílias e comunidades na construção de ambientes educativos verdadeiramente inclusivos, onde as crianças negras sejam vistas, ouvidas e celebradas em sua integralidade.

As experiências bem-sucedidas analisadas em Belém do Pará oferecem valiosas lições sobre o potencial transformador da educação étnico-racial quando há articulação entre teoria e prática, escola e comunidade, legislação e ação pedagógica. O envolvimento de mestres da cultura popular, artesãos quilombolas e representantes de povos indígenas nas atividades escolares demonstrou que o diálogo com os territórios e a valorização dos saberes locais são fundamentais para uma educação com enraizamento cultural e relevância social. Essas iniciativas evidenciam que é possível, mesmo diante de desafios estruturais, construir caminhos alternativos que apostam na dignidade, na resistência e na potência das infâncias negras.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de avançarmos em pesquisas que acompanhem longitudinalmente os impactos de práticas antirracistas no desenvolvimento infantil, assim como na produção e disseminação de recursos pedagógicos acessíveis e de qualidade. A luta por uma educação infantil antirracista é, acima de tudo, uma luta por humanidade, por justiça e pelo direito de todas as crianças a uma infância plena, onde possam brincar, sonhar e crescer sem ter sua dignidade negada ou sua identidade apagada.

Que este trabalho possa contribuir para ampliar esse debate e inspirar ações concretas em favor de uma educação que, desde os primeiros anos de vida, celebre a diversidade, enfrente o racismo e afirme, com todas as letras, que todas as infâncias importam e merecem ser vividas com orgulho e pertencimento.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELÉM (PA). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico- Raciais (CODERER). **Relatório de Diagnose: Educação Antirracista — panorama das práticas pedagógicas na Rede Municipal de Ensino de Belém**. Belém: SEMEC, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. Ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOREIRA COUTO, Roberta. **Um currículo como narrativa étnico-racial: narrativas-imagens da diferença negra no cotidiano da escola Vella Alves, no bairro do Jurunas, Belém-PA.** 2018. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** 2. Ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2022.

OLIVEIRA, Quelem Afonso Kallfman de. **Educação para as relações étnico-raciais nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 no currículo escolar de Belém/PA.* 2024.** Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

PIMENTA PIMENTEL, Thais. **Educação das relações étnico-raciais na Rede Municipal de Belém.**2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.